



Reforma da Previdência pode ser votada amanhã em Plenário

Antes da votação em Plenário, a proposta terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça para análise das 77 emendas apresentadas ao relatório de Tasso Jereissati

Marcada para terça-feira passada, a votação foi adiada para dar lugar a uma sessão do Congresso destinada à apreciação de vetos e projetos. Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o adiamento foi necessário para liberar a pauta para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Das emendas que serão analisadas antes pela Comissão de Constituição e Justiça, o relator, Tasso Jereissati, acatou apenas uma emenda supressiva. Alguns senadores declararam, no entanto, que vão tentar aprovar em Plenário destaques a pontos do texto, entre eles o que trata de abono salarial. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado — 8/8/2019

Bandeira (Mesa), Simone Tebet, Davi Alcolumbre e Tasso Jereissati: a presidente da CCJ e o presidente do Senado garantiram que o calendário da PEC está mantido

Congresso vota na quarta LDO, vetos e créditos adicionais

O Congresso Nacional se reúne na quarta-feira para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020.

A pauta também inclui a análise de cinco vetos presidenciais e de 13 projetos de lei que liberam créditos orçamentários, suplementares ou especiais, para órgãos e empresas públicas **3**

Fusão de subsidiárias da Eletrobras não tem consenso

A incorporação da Eletrosul pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica foi discutida na quinta-feira na Comissão de Infraestrutura. Enquanto o presidente da Eletrobras se mostrou favorável, o Cade e representantes de sindicatos se mostraram receosos no que diz respeito às consequências concorrenciais decorrentes da operação. **4**

Importância de Roriz para o DF é destacada em sessão especial **2**

Colegiado faz debate sobre a PEC paralela da Previdência **4**

Simpósio defende maior presença de mulheres no poder e na política

A participação da mulher na política e em posições de poder na sociedade conduziu as discussões do Simpósio A importância da Mulher na Construção de um Parlamento Democrático,

promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro na quinta-feira. Dados apresentados mostraram que o Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking mundial de mulheres no Parlamento. **2**



Jane de Araújo/Agência Senado

Texto sobre prevenção à violência contra a mulher é da senadora Rose de Freitas

Avança projeto que inclui Lei Maria da Penha no currículo escolar

Um projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos prevê a inclusão de conteúdos de prevenção à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha, no currículo da educação básica. Apresentado pela senadora Rose de Freitas e relatado por Zenaide Maia, o texto também adiciona o tema dos direitos humanos no rol dos componentes curriculares obrigatórios. A proposta será analisada agora pela Comissão de Educação. **3**

Comissão decide que indenização a vítima de barragem não é renda

Proposta aprovada na Comissão de Assuntos Sociais determina que indenização ou auxílio financeiro temporário pago a vítimas de desastres causados pelo rompimento ou colapso de barragem não serão considerados renda para fins de acesso a programas do governo como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. Apresentado pelo senador Antonio Anastasia, o projeto foi relatado pelo senador Irajá. **4**



Pedro França/Agência Senado

Relator, Irajá critica o poder público, que exclui famílias dos programas assistenciais



Marcos Rodrigues dos Santos/Interlegis — 26/9/2019

A delegada Sandra Melo fala no evento ao lado da ex-governadora do DF Maria de Lourdes Abadia

Senado homenageia Roriz, ex-governador de Brasília

Primeiro eleito a governar o Distrito Federal, ele também foi ministro da Agricultura no governo Collor, vereador, deputado estadual, deputado federal, vice-governador de Goiás e senador

O SENADO REALIZOU na sexta-feira sessão especial em homenagem ao ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, pela passagem do primeiro ano de sua morte.

Roriz foi o primeiro governador eleito da história do Distrito Federal. Antes, atuou como ministro da Agricultura no governo Collor, vereador, deputado estadual, deputado federal e vice-governador, no estado de Goiás.

Em 2006, foi eleito senador pelo DF, cargo ao qual renunciou em 2007 após denúncias de participação em desvio de dinheiro público. Nascido em Luziânia (GO), Roriz morreu no dia 27 de setembro de 2018, aos 82 anos, após choque séptico decorrente de complicações de infecção pulmonar.

Autor da homenagem, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), ex-secretário de Ciência e Tecnologia do DF, disse que Roriz foi o maior líder político da região, tendo reconhecido o trabalho dos líderes comunitários locais. As melhorias conquistadas por Brasília



Jaqueline (E) e Liliane Roriz (D) com os senadores Reguffe e Izalci Lucas

e região só foram possíveis porque Roriz enxergou o sentimento de Juscelino Kubitschek e estendeu seu olhar a todos, ao governar para o presente e para o futuro, afirmou.

Obras

Entre as obras de destaque da gestão Roriz, Izalci citou o Complexo Cultural da República, a construção do metrô, a Ponte JK, o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a cidade de Águas Claras e um conjunto de obras viárias de infraestrutura que viabilizaram o progresso do DF.

Filha de Roriz, a ex-deputada

federal e distrital Jaqueline Roriz disse o pai tinha preocupação com o ser humano e, principalmente com as pessoas mais pobres.

O senador Reguffe (Podemos-DF) destacou que Roriz foi governador do DF quatro vezes, três sendo eleito pela população local. Ele defendeu o debate de ideias e afirmou que “a política, assim como a vida, principalmente nos dias de hoje, deve contribuir para a busca de virtudes e não de defeitos”. O senador destacou que Roriz era um homem muito religioso e preocupado com os mais humildes.

Simpósio defende participação feminina na política

A participação da mulher na política e em posições de fala na sociedade conduziu as discussões do Simpósio A Importância da Mulher na Construção de um Parlamento Democrático que o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) promoveu na semana passada junto ao Interlegis. O simpósio atendeu a um pedido do senador Luiz do Carmo (MDB-GO), feito ao diretor-executivo do Interlegis, Márcio Coimbra.

O coordenador-geral do ILB, Floriano Filho, disse que iniciativas como essas têm o apoio e o estímulo do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do primeiro-secretário, senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Levantamento apresentado

no evento mostrou que, embora o Brasil tenha saído de 7% de candidaturas femininas em 1994 para 31% em 2018, o país ainda ocupa uma das últimas posições no ranking mundial de mulheres no Parlamento.

A delegada da Mulher Sandra Melo afirmou que a dificuldade da presença feminina em espaços de poder e nas decisões políticas é reflexo de uma construção histórica que reservou para as mulheres o “dever de cuidado” com a casa e filhos.

A secretária nacional de Políticas para Mulheres, Cristiane Britto, afirmou que políticas sofrem mais assédio ou violência devido à sua condição sexual do que os homens. No caso de prefeitas, esse índice

alcançou 53%. A presidente do DEM Mulher do DF, Mirta Fraga, chamou a atenção para o problema das candidaturas laranjas. São mulheres que aceitam ser candidatas para que o partido atinja a meta estabelecida em lei de 30% de mulheres, mas saem sem igualdade de competição com os homens. A radialista e fonoaudióloga Sandra Bacelar destacou a importância de as mulheres ocuparem espaços de fala e discussão tanto na política quanto em outras esferas.

A ex-governadora do DF Maria de Lourdes Abadia contou sua experiência como uma das 22 mulheres presentes no Congresso na época da criação da Constituição de 1988.

Cidadão pode avaliar o Portal da Transparência do Senado

O cidadão que acessar o Portal da Transparência do Senado agora pode opinar sobre a experiência de consultar os dados disponíveis. Por meio de um questionário on-line permanente, a Casa quer saber o nível de satisfação dos usuários em aspectos como qualidade e

organização das informações, funcionalidade do design e precisão da ferramenta de busca. Também se pretende identificar o perfil de quem acessa, a frequência de uso e a opinião geral sobre a plataforma, essencial para a participação e o controle sociais do Legislativo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



| | | |
|----------------|---|--|
| SEGUNDA | CDH PEC paralela da Previdência 9h Audiência para debater Previdência e trabalho, com foco na PEC paralela. | CCJ Segurança pública 10h Análise do PLC 44/2018, que destina verba de leilões de carros apreendidos à segurança pública. |
| | PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Pronunciamentos e avisos da Mesa. | DOENÇAS RARAS Triagem neonatal 10h30 Debate sobre ampliação da triagem neonatal e notificação compulsória do diagnóstico de doenças raras. |
| TERÇA | CDH Imigrantes no Brasil 9h Debate sobre a situação dos imigrantes. | CRA Poços artesanais 11h Na pauta de 7 itens, análise do PLC 111/2015, que facilita manutenção de poços artesanais em cidades do semiárido. |
| | CAE Sabatinas para o Cade 10h Análise de autorizações de empréstimos. Depois, sabatinas para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. | CONGRESSO LDO e vetos 13h Análise de vetos, créditos especiais e do PLN 5/2019, que trata da LDO de 2020. |
| | CCJ Previdência Social 10h Emendas de Plenário à PEC 6/2019, que modifica o sistema de Previdência Social. | MP 894/2019 Pensão por microcefalia 14h Análise do plano de trabalho e votação de requerimentos. |
| | CE Pagamento por passaporte 11h Entre 16 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte. | CVCVM Femicídio 14h30 Audiência sobre feminicídio e violência contra a mulher. |
| | CI Ferrovias privadas 11h O PLS 261/2018, que permite a construção de ferrovias privadas, é um dos 7 itens. | CMMC Dados climáticos 14h30 Debate sobre atualização dos dados climáticos das regiões brasileiras. |
| | CCT Capitalização da Eletrobras 14h30 Audiência para debater impactos de eventual capitalização da Eletrobras, especialmente no tocante ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica. | MP 893/2019 UIF 14h30 Audiência sobre a mudança do Coaf para o Banco Central e a criação da Unidade de Inteligência Financeira. |
| QUARTA | CE Entidades filantrópicas 14h30 Audiência para discutir inclusão na PEC paralela de cobrança de contribuições previdenciárias de entidades educacionais filantrópicas. | CDH Pessoa com deficiência 9h Na pauta de 20 itens, análise do PLS 124/2017, que garante vagas para pessoa com deficiência em transportes coletivos. |
| | MP 893/2019 Coaf no Banco Central 14h30 Audiência com a participação do advogado Pierpaolo Cruz Bottini e dos economistas Afonso Celso Pastore e Rubens Sardenberg. | SESSÃO TEMÁTICA Amazônia 11h Sessão de debates destinada a debater a situação da Amazônia. |
| | CDR Bacia do Rio Taquari 9h Entre 10 itens, o PLS 365/2018, que trata da revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. | SESSÃO ESPECIAL Segue-me 14h Sessão especial destinada a comemorar 40 anos do Segue-me Brasília (Encontro de Jovens com Cristo). |

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário vota amanhã PEC da nova Previdência, após análise da CCJ

Relatório de Tasso Jereissati recebeu 77 sugestões de alteração, mas ele acatou apenas uma emenda supressiva e outra para corrigir a redação

O PLENÁRIO DO Senado deve votar amanhã a PEC da reforma da Previdência (PEC 6/2019). A votação, que estava marcada para terça-feira da semana passada, foi adiada em razão de uma sessão do Congresso. Antes da análise em Plenário, a proposta terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votado o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com a análise das 77 emendas apresentadas.

No relatório, Tasso acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e corrigiu a redação do trecho que inclui os informais entre os trabalhadores de baixa renda que terão acesso ao sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas favoráveis.



A presidente da CCJ, Simone Tebet, ao lado do relator, Tasso Jereissati

Foram rejeitadas as emendas de senadores com temas ligados a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais para grupos específicos.

Ainda assim, Paulo Paim (PT-RS) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) já declara-

ram que vão tentar aprovar destaques ao texto durante a discussão no Plenário.

Destaques

Entre os pontos que podem sofrer destaques estão as restrições ao abono salarial, benefício pago a quem ganha menos de dois salários mínimos (R\$ 1.996) e tem pelo menos 5 anos de cadastro no PIS/Pasep. O

texto da reforma assegura o direito apenas a quem tiver renda mensal igual ou menor que R\$ 1.364,43.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que não gostaria de ter alterado a data, mas lembrou que era necessário apreciar os vetos presidenciais e também votar projetos incluídos na pauta do Congresso.

Ele garantiu que, com a votação amanhã, o calendário previsto para a aprovação da proposta será mantido.

— O adiamento da votação não interferirá no calendário apresentado por todos os líderes partidários. Ao contrário, nós faremos a nossa obrigação e cumprimos o nosso dever.

A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), criticou o adiamento, mas também afirmou que o calendário de votação da PEC segue mantido.

Confúcio pede que escola integral no Brasil não acabe

Confúcio Moura (MDB-RO) ressaltou na sexta-feira que é vergonhoso ainda se discutir



Pedro Franco/Agência Senado

educação integral no Brasil. Ele lembrou que, desde 1930, Anísio Teixeira, que foi reitor da Universidade de Brasília, criou as escolas integrais e as escolas-classe da Bahia. O senador aproveitou para fazer um apelo ao governo federal para que não acabe com as escolas integrais.

— O Brasil é craque em desfazer. Então, um faz. Quando outro entra, fala que você fez tudo errado, desfaz e não respeita o dinheiro público, não respeita nada, não respeita as boas iniciativas.

Izalci Lucas quer que lei fundiária seja aplicada

Izalci Lucas (PSDB-DF) defendeu na sexta-feira uma plataforma unificada de dados que facilite a regularização fundiária no Brasil. De acordo com o senador, apesar da existência de uma lei específica para regular o tema (Lei 13.465, de 2017), a maioria dos municípios enfrenta dificuldades para colocá-la em prática. Izalci pediu apoio do BNDES para financiar a plataforma de compartilhamento de dados.

— O nosso objetivo é proporcionar que qualquer município do país possa, de fato, aproveitar a lei. Nós fizemos a lei exatamente para isso.

Paim defende educação contra extrema pobreza

Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira que para tirar os mais de 13 milhões da extrema pobreza — ou seja,



Pedro Franco/Agência Senado

com menos de R\$ 90 ao mês — é preciso investir em educação e adotar políticas que garantam direitos.

— Esses brasileiros não têm acesso à moradia, à saúde, à educação, à Previdência, não possuem emprego. Eles comem quando têm alguma coisa para mastigar, dia sim, dia não, do vizinho que ajuda, do parente solidário, muita coisa pegam no lixo, comem sobras de restaurantes — comentou.

Congresso tem LDO, vetos e créditos na pauta de quarta-feira

O Congresso se reúne na quarta-feira, às 13h, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. Há ainda na pauta cinco vetos e 13 projetos de lei que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano.

A LDO (PLN 5/2019) foi aprovada no início de agosto pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O primeiro item da pauta da sessão conjunta é o veto que cancelou 12 dispositivos da Lei 13.848, o novo Marco das Agências Reguladoras. Entre eles, o trecho que determina

va a elaboração de uma lista tríplice para que o presidente indicasse os dirigentes das agências. O novo marco legal é resultante do PLS 52/2013, aprovado pelo Senado em maio e sancionado no dia 25 de junho, com o veto.

Outro veto em pauta atingiu nove dispositivos da Lei 13.853, que cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão federal que vai editar normas e fiscalizar procedimentos sobre proteção de dados pessoais. A nova lei tem origem na Medida Provisória 869/2018.

O terceiro veto cancelou totalmente o PLC 11/2016 que, por isso, não virou lei. O projeto trata da regulamentação da profissão de cuidador de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doenças raras.

Já o quarto veto, total, impediu que o PLC 170/2017 virasse lei. Esse projeto cria o Cadastro Nacional de Inclusão de Pessoa Idosa, para caracterização socioeconômica desse grupo.

O último veto cancelou o PL 2.121/2019, que estabelecia prazo para julgamento do mérito após concessão

de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade e de medida liminar em arguição de descumprimento de preceito fundamental e de mandado de segurança.

Os parlamentares também podem analisar 13 projetos de lei que liberam créditos orçamentários suplementares ou especiais para poderes, órgãos e empresas públicas. Entre os beneficiados estão os ministérios da Educação e da Infraestrutura, a Controladoria-Geral da União (CGU), o Ministério Público e a Petrobras.

Comissão aprova aula sobre Lei Maria da Penha na escola básica

Conteúdos de prevenção à violência contra a mulher como a Lei Maria da Penha poderão ser incluídos no currículo escolar da educação básica. É o que prevê projeto aprovado na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O PL 1.909/2019 segue para a Comissão de Educação (CE).

Apresentado pela senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), o texto altera a Lei 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), para incluir conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher como temas transversais. O texto também adiciona o tema dos direitos humanos no rol dos componentes curricu-

lares obrigatórios da educação básica. Entre os objetivos, Rose destaca a formação das novas gerações para o reconhecimento da igualdade de gênero como pedra angular dos relacionamentos afetivos.

Relatora na CDH, Zenaide Maia (Pros-RN) informou que a LDB já prevê a abordagem transversal da prevenção da violência contra a criança e o adolescente. “O projeto acrescenta a essa abordagem os conteúdos amparados na Lei Maria da Penha”, afirma.

Remuneração

A CDH também rejeitou três emendas de Plenário ao PLC 130/2011, que estabelece multa por diferença de remuneração



Zenaide foi relatora do texto que muda currículo da educação básica

entre homens e mulheres na mesma atividade. As emendas já haviam sido rejeitadas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seguem para a de Assuntos Econômicos (CAE).

A primeira emenda reduziria o valor da multa, considerando

que carecia de “razoabilidade”. O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a emenda “falha ao não compreender o duplo caráter, educativo e punitivo, da multa”.

A segunda substituiu a multa em favor da trabalhadora por multa administrativa de 3% sobre o valor da diferença apurada. O senador entendeu que a mudança reduziria “sobremaneira a eficácia pedagógico-punitiva” da medida.

A terceira condicionava a imposição da multa à exigência de identidade de funções entre empregados homens e mulheres com discrepância salarial. Paim julgou a emenda desnecessária, pois já existe essa previsão no texto do projeto.

Incorporação da Eletrosul pela CGTEE divide opiniões

Possível fusão da empresa energética com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, ambas vinculadas à Eletrobras, foi discutida na quinta-feira em audiência na Comissão de Infraestrutura

OPRESIDENTE DA Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, defendeu a incorporação da empresa Eletrosul, sediada em Santa Catarina, pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), com sede no Rio Grande do Sul. As duas empresas são subsidiárias da Eletrobras. Ferreira Junior participou na quinta-feira de audiência na Comissão de Infraestrutura (CI). O objetivo do debate foi discutir a reestruturação societária entre as duas empresas, já aprovada pela Eletrobras mas suspensa por decisão judicial.

Segundo ele, os documentos sobre a transação são fartos e estão disponíveis, o que torna a negociação legal. Para o presidente, a incorporação não se configura como sonegação, fraude ou conluio. Mas, como o processo não foi concluído, ele se comprometeu a fazer aperfeiçoamentos.

O presidente da Eletrosul, general Antonio Krieger, avalia que a operação atende aos princípios legais e está em consonância com as normas da administração pública, obedecendo a critérios como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade dos atos e eficiência operacional.

— O processo é positivo, legal, lícito, eficiente e vai trazer ganho para as duas empresas e para toda a população.



Ferreira Junior, da Eletrobras, fala em debate requerido por Dário (D)

O procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Walter de Agra Júnior, pediu a instauração de procedimentos para averiguar possíveis prejuízos e apontou a necessidade de estudos sobre as consequências concorrenciais da incorporação. O diretor jurídico da Intersindical dos Eletricistas do Sul do Brasil, Anselmo Machado, afirmou que uma reorganização societária só é legítima se houver motivação comercial além das vantagens tributárias. Ele considerou a fusão uma simulação, o que é vedado por lei.

A procuradora da Fazenda Claudia Trindade explicou que o governo não pode ter ingerência sobre a administração da estatal, mas informou que os procedimentos legais foram cumpridos pela empresa.

O procurador-geral-adjunto

de Consultoria Tributária do Ministério da Economia, Philippe Toledo, disse que possíveis excessos serão julgados pela Receita ou, na esfera judicial, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Dário Berger (MDB-SC), que sugeriu o debate, questionou se a reestruturação da empresa não deveria ocorrer por meio de lei ordinária, da mesma forma como ela foi criada.

Wellington Fagundes (PL-MT) se dispôs a contribuir por meio da Frente Parlamentar Mista de Logística e Estrutura, da qual é presidente.

Esperidião Amin (PP-SC) defendeu a convocação do governo para prestar esclarecimentos sobre a operação. Já Jean Paul Prates (PT-RN) disse ser defensor do Estado e criticou o que chamou de “meias palavras” na tentativa de dissolução dos bens nacionais.

Audiência pública discute hoje a PEC paralela da Previdência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência hoje, às 9h, sobre Previdência e Trabalho, com foco na PEC Paralela (PEC 133/2019). A reunião faz parte do ciclo proposto por Paulo Paim (PT-RS).

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) aguarda a votação de emendas de Plenário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se houver mudanças no Senado, o texto volta à Câmara. Para evitar o retorno do texto, um grupo de senadores apresentou a PEC paralela, que reúne pontos não incluídos na proposta original.

O relator da PEC 6/2019, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deve manter o texto principal

como veio da Câmara, apenas com algumas supressões de dispositivos, como o do Benefício de Prestação Continuada (BPC), alteração que não resultaria em nova análise pelos deputados. Outras mudanças ficarão no texto paralelo.

Além da inclusão de estados e municípios, a PEC deve trazer a garantia de que a pensão por morte nunca seja inferior a um salário; o aumento do percentual acrescido à pensão por dependentes menores de idade e a cobrança de contribuições previdenciárias de entidades filantrópicas, do agronegócio exportador e do Simples, regime simplificado de tributação para pequenas empresas.

Colegiado sabatina amanhã indicados para postos no Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve sabatar amanhã os indicados para os cargos de procurador-chefe e superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Ambos já ocupam os postos e são candidatos à recondução.

O indicado ao cargo de procurador-chefe (MSF 59/2019) é Walter de Agra Júnior. Promotor estadual, ele já foi conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Para superintendente-geral, o candidato é Alexandre Cordeiro Macedo (MSF 55/2019). Ele é auditor de carreira da Controladoria-Geral da União (CGU) e já foi conselheiro do Cade.

Votação

Depois de realizadas as sabatinas, a comissão poderá votar os nomes no mesmo dia. Caso sejam aprovados, eles ainda dependerão da análise do Plenário.

Os relatores das indicações são os senadores Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e Daniella Ribeiro (PP-PB).

Indenização a vítima de barragem não deve ser considerada renda, decide comissão

A indenização ou auxílio financeiro temporário pago a vítimas de desastres causados pelo rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda para fins de acesso a programas socioassistenciais do governo, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A garantia é estabelecida em substitutivo ao PL 4.034/2019, aprovado na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Apresentada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta teve como motivação a tragédia provocada pela ruptura da Barragem do Feijão, em Brumadinho (MG). O acidente matou 249 pessoas (ainda há 21 desaparecidas), deixou extensa destruição ambiental e arrasou casas e bens ao longo da cidade.

Famílias carentes afetadas receberam compensação financeira da Vale e do governo federal (o Auxílio Pecuniário Emergencial, no valor único

de R\$ 600). Porém, ao serem recadastradas em programas socioassistenciais, enfrentaram dificuldades para manter seu benefício por terem ficado, circunstancialmente, acima da faixa de renda elegível para o Bolsa Família e o BPC.

Reabilitação

“Não podemos permitir que as famílias que viveram essa tragédia ainda tenham sua fonte de renda suprimida por questões burocráticas”, protesta Anastasia na justificativa do projeto. Ao recomendar a aprovação do texto, o relator, senador Irajá (PSD-TO), registrou seu apoio incondicional à iniciativa.

“Mostra-se incoerente a ação do poder público que, de um lado, reconhece a situação de desespero das vítimas da tragédia de Brumadinho e, de outro, considera incremento de renda os valores recebidos a título de indenização, para fim de excluí-las de programas assistenciais”, observa no parecer.

A proposta ainda será votada em turno suplementar e, em seguida, terá votação final na Comissão de Constituição e Justiça.

Outro projeto aprovado na CAS permite que a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) seja incluída entre as entidades civis beneficiadas com a renda líquida de um concurso anual da Loteca, loteria de prognósticos esportivos. O PL 3.071/2019, de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) também foi relatado por Irajá. O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Fundo

A comissão aprovou ainda um projeto que cria o Fundo de Compensação Social para o Maranhão. O objetivo é assistir, por meio de programas de desenvolvimento econômico, as populações das comunidades quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu e dos demais grupos típicos daquele estado.



Proposta de Anastasia foi motivada pela tragédia de Brumadinho (MG)

O fundo vai se abastecer de recursos da lei orçamentária anual, de doações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, do rendimento decorrente da aplicação do patrimônio e ainda de 3% da arrecadação da administração federal com o uso do Centro de Lançamento de Alcântara.

Apresentado pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), o PL 2.951/2019, cria uma fonte perene de recursos para a proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico do local. Na justificativa do projeto, o

senador explica que, pelo fato de a base espacial estar no Maranhão, os recursos por ela gerados devem ser aplicados nas áreas de cultura, educação, empreendedorismo, habitação, meio ambiente e saúde da região. A relatora, senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), concorda que é necessário desenvolver o setor aeroespacial nacional e, ao mesmo tempo, quitar a dívida social com as comunidades maranhenses. O projeto segue em para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que terá votação final.